

**Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Mato Grosso
Cáceres - Mato Grosso - Brasil**

Revista da Faculdade de Educação - Vol. 41, (Jan/Dez) de 2025
ISSN: 2178-7476



**MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: UMA
DESCOBERTA A PARTIR DA ESCUTA SENSÍVEL**

**WOMEN IN SITUATIONS OF SEXUAL VIOLENCE IN THE UNIVERSITY ENVIRONMENT: A
DISCOVERY THROUGH SENSITIVE LISTENING**

**MUJERES EN SITUACIÓN DE VIOLENCIA SEXUAL EN EL ÁMBITO UNIVERSITARIO: UN
DESCUBRIMIENTO A PARTIR DE LA ESCUCHA SENSIBLE**

Cristina da Cunha Fonseca

Universidade Federal do Tocantins

cristinacf@uft.edu.br

<https://orcid.org/0009-0005-4277-8149>

Adriano Batista Castorino

Universidade Federal do Tocantins

adrianocastorino@uft.edu.br

<https://orcid.org/0000-0001-7979-6694>

RESUMO:

O artigo discute a violência sexual contra mulheres no ambiente universitário, destacando como a academia reproduz estruturas patriarcais que favorecem práticas de assédio e silenciamento. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, foi realizada na Universidade Federal do Tocantins (Câmpus Palmas) com entrevistas semiestruturadas de mulheres em situação de violência sexual, analisadas a partir da metodologia de Bardin. Emergiram quatro categorias principais: experiências de assédio e violência; sentimentos e impactos emocionais; estratégias de enfrentamento; e institucionalidade e silenciamento. Os resultados revelam que a violência assume múltiplas formas e gera sentimentos de medo, culpa, vergonha e revitimização. Identificou-se ainda a ausência de acolhimento institucional efetivo, a dificuldade de denúncia e a prevalência de uma cultura do silêncio. Conclui-se que o enfrentamento da violência sexual nas universidades requer políticas institucionais efetivas, formação de profissionais e ações integradas que visem a construção de ambientes acadêmicos seguros, inclusivos e equitativos.

PALAVRAS-CHAVE: violência sexual. universidade. escuta sensível. violência contra a mulher.

ABSTRACT:

The article discusses sexual violence against women in the university environment, highlighting how academia reproduces patriarchal structures that favor practices of harassment and silencing. The research, with a qualitative and exploratory approach, was conducted at the Federal University of Tocantins (Palmas Campus) through semi-structured interviews with women who experienced sexual violence, analyzed using Bardin's

methodology. Four main categories emerged: experiences of harassment and violence; emotional feelings and impacts; coping strategies; and institutionality and silencing. The findings reveal that violence takes multiple forms and generates feelings of fear, guilt, shame, and revictimization. The study also identified the absence of effective institutional support, difficulties in reporting, and the prevalence of a culture of silence. It is concluded that addressing sexual violence in universities requires effective institutional policies, professional training, and integrated actions aimed at building safe, inclusive, and equitable academic environments.

KEYWORDS: sexual violence. university. sensitive listening. violence against women.

RESUMEN:

El artículo discute la violencia sexual contra las mujeres en el ámbito universitario, destacando cómo la academia reproduce estructuras patriarcales que favorecen prácticas de acoso y silenciamiento. La investigación, de enfoque cualitativo y carácter exploratorio, se realizó en la Universidad Federal de Tocantins (Campus Palmas) mediante entrevistas semiestructuradas con mujeres en situación de violencia sexual, analizadas a partir de la metodología de Bardin. Surgieron cuatro categorías principales: experiencias de acoso y violencia; sentimientos e impactos emocionales; estrategias de afrontamiento; e institucionalidad y silenciamiento. Los resultados revelan que la violencia asume múltiples formas y genera sentimientos de miedo, culpa, vergüenza y revictimización. Asimismo, se identificó la ausencia de un acogimiento institucional efectivo, la dificultad de denuncia y la prevalencia de una cultura del silencio. Se concluye que el enfrentamiento de la violencia sexual en las universidades requiere políticas institucionales efectivas, formación de profesionales y acciones integradas orientadas a la construcción de entornos académicos seguros, inclusivos y equitativos.

PALABRAS CLAVE: violencia sexual. universidad. escucha sensible. violencia contra la mujer.

Introdução

A violência contra a mulher está profundamente enraizada em diversas ações e atividades nas mais diversas sociedades ao redor do mundo, afetando mulheres de todas as idades, classes sociais e origens étnicas. Segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS (2021), uma em cada três mulheres experimenta violência física ou sexual ao longo da vida. Essa realidade alarmante revela não apenas a prevalência do problema, mas também a urgência de medidas efetivas para combatê-lo. Ainda que exista muitas formas de violência, aqui o recorte é sobre violência sexual, a qual é definida pela OMS como:

qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou insinuações sexuais indesejadas, ou ações para traficar, ou de outra forma dirigir, contra a sexualidade de uma pessoa usando coerção, por qualquer pessoa, independentemente de seu relacionamento com a vítima, em qualquer ambiente (OMS, 2014, p. 5).

O acesso das mulheres às universidades é uma conquista importante na luta pela igualdade de gênero e pelo empoderamento feminino. Historicamente, a educação superior era um privilégio quase exclusivo dos homens. No entanto, ao longo das décadas, as mulheres romperam barreiras significativas, gradualmente conquistando espaço nas universidades.

A academia não é um espaço apartado da organização social, ao contrário, é um ambiente que reproduz a lógica dos valores sociais patriarcais, mantendo a ideia, mesmo que velada, de que os homens são superiores às mulheres, tanto em capacidade quanto em direito. Nessa mesma lógica,

o ambiente acadêmico, tradicionalmente considerado um espaço de produção de conhecimento e emancipação social, tem se revelado também como palco de práticas de violência de gênero e assédio.

Scarpa et al. (2022), em pesquisa realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, constataram que assédio sexual e moral são frequentes entre estudantes, funcionários e professores. Os resultados de sua pesquisa revelam que mulheres e pessoas de grupos minoritários (negras, não heterossexuais) são particularmente afetadas, e ainda que muitas vítimas não denunciam oficialmente, muitas vezes por medo ou por não acreditarem que haveria resposta institucional adequada.

Apesar de avanços legais e normativos, como a Lei nº 14.994/2024 (Agravção de penas para feminicídio e outros crimes contra a mulher) e a Lei nº 15.123/2025 (Agravante para violência psicológica com uso de inteligência artificial) e políticas institucionais de enfrentamento à violência de gênero, há uma lacuna entre normativas e práticas efetivas de acolhimento às vítimas (Silva et al, 2024).

A escolha de pesquisar sobre a violência sexual contra mulheres, especialmente no contexto universitário, parte da constatação de que esse fenômeno, embora recorrente, permanece frequentemente encoberto por camadas de silêncio, medo e vergonha. Assim, a premissa aqui é que se houver as condições apropriadas de escuta, é possível emergir os casos de violações e abusos a que muitas mulheres estão submetidas no cotidiano acadêmico, e que, a partir dessa escuta, seria possível alinhar melhor a realidade às políticas e às ações institucionais. Além disso, a proposta de escuta qualificada, aqui compreendida como escuta sensível, pode tornar-se uma ferramenta útil para a rede de proteção às mulheres dentro das dependências da universidade.

Neste artigo, apresentamos os resultados da pesquisa intitulada de “Escuta sensível com mulheres em situação de violência sexual dentro do ambiente universitário”, aprovada pelo comitê de ética e pesquisa, realizada Na Universidade Federal do Tocantins, câmpus Palmas. Tal pesquisa é parte do processo de obtenção do título de mestre pela pesquisadora, por meio do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (Profiap).

Essa pesquisa teve por objetivo principal conhecer as implicações presentes no contexto de violência sexual dentro do ambiente universitário por meio da escuta à vítima, além de oferecer um espaço seguro para a escuta de mulheres em situação atual e/ou passada de violência sexual dentro do ambiente universitário; compreender como essas vivências são narradas, percebidas e ressignificadas; e identificar falhas e possibilidades de enfrentamento da violência nesse contexto.

A abordagem qualitativa trabalha com as relações humanas, seus significados e intencionalidades, por isso foi adotada nessa pesquisa alinhando-se aos objetivos já apresentados. As entrevistas foram transcritas integralmente e submetidas à análise de conteúdo conforme Bardin (2011), em suas três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento/inferência dos resultados. A discussão dos resultados baseou-se na articulação entre os discursos empíricos

e referenciais teóricos psicanalíticos e sociológicos (Freud, 1920/2023; Laplanche; Pontalis, 2022; Kergoat, 2009), o que possibilitou compreender a experiência da violência e o silenciamento institucional sob a ótica das relações de gênero e poder no espaço acadêmico.

Referencial Teórico

A violência contra a mulher é um problema persistente e global que atravessa fronteiras culturais, econômicas e sociais. Trata-se de um fenômeno complexo, manifestado por diversos comportamentos e atitudes que culminam em danos físicos, psicológicos, sexuais e até mesmo econômicos às mulheres.

Conforme Viana e Costa (2024), as causas da violência contra a mulher são multifacetadas e enraizadas em uma combinação de fatores históricos, sociais e culturais. Tradicionalmente, a sociedade tem atribuído papéis de gênero que relegam as mulheres a uma posição de submissão em relação aos homens. Essa dinâmica de poder desbalanceada facilita a perpetuação de atitudes e comportamentos violentos.

A socióloga Heleieth Saffioti, argumenta que a violência contra a mulher é um mecanismo de controle social, utilizado para manter a ordem patriarcal: “A violência é um instrumento poderoso de dominação e submissão” (Saffioti, 1987), ainda segundo a autora, “a violência sexual é uma das expressões mais brutais da desigualdade de gênero, refletindo e reforçando relações de poder desiguais entre homens e mulheres” (Saffioti, 2004). Davis (2016), destaca como o racismo e o sexismo juntos agravam a situação de mulheres negras e de outras minorias étnicas.

No Brasil, o acesso precário ou inexistente à educação escolar, aliado à pobreza e ao desemprego, contribui para a manutenção de um ambiente em que a violência pode prosperar. Em 2022, cerca de 32% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam em atraso escolar (INEP, 2023), enquanto 24,6% da população vivia em situação de pobreza e 7,9% em extrema pobreza (IBGE, 2023). Além disso, a taxa de desemprego no 2º trimestre de 2023 foi de 8,0%, atingindo de forma desproporcional mulheres e negros (PNAD Contínua/IBGE, 2023). Esses fatores socioeconômicos e educacionais se inter-relacionam, criando contextos propícios à perpetuação de desigualdades e da violência.

O acesso restrito à justiça e a impunidade também são fatores que alimentam este ciclo. Apesar de a legislação brasileira de combate à violência contra a mulher, que tem um marco significativo com a criação da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), estar se ampliando, Rose (2022) nos traz a reflexão de que a violência símbolo-política tende a se ocultar atrás de legislações ou políticas fragmentadas, as quais não agem de fato nas raízes do problema, mas criam a falsa impressão de resolvê-lo. Assim, legislações ou normas institucionais que não transformam estruturas culturais podem dar a ilusão de resposta, mas não interrompem o ciclo de dominação ou opressão.

Longe de constituir um ambiente seguro, a academia reproduz as estruturas sociais marcadas

pelo patriarcado, preservando a lógica que atribui aos homens uma posição de supremacia em relação às mulheres, tanto no que se refere às habilidades reconhecidas quanto no acesso a direitos. Num contexto em que as universidades deveriam ser espaços de aprendizagem, convivência e respeito, a ocorrência de violência sexual se configura como uma grave violação dos direitos humanos, abalando profundamente a vida acadêmica e pessoal das vítimas.

Segundo uma pesquisa publicada em 2015, pelo Instituto Avon/Data Popular, 67% das universitárias entrevistadas alegaram já ter sofrido algum tipo de violência (sexual, psicológica, moral ou física) praticada por um homem no ambiente universitário, 56% já sofreram assédio sexual e 28% já sofreram violência sexual no ambiente universitário.

A mesma pesquisa mostra que, na amostra masculina, inicialmente só 2% admitiram espontaneamente ter cometido algum tipo de violência contra mulheres; porém, ao serem confrontados com uma lista de situações, 38% reconheceram ter praticado algum tipo de violência, e ainda, para 27% dos participantes, não é violência abusar de uma garota se ela estiver alcoolizada.

Sobre esse panorama, considerando os dados da amostra masculina, Rose (2022), contribui dizendo que as práticas de violência são naturalizadas e invisibilizadas quando disfarçadas de normas, discursos, afetos e práticas socioculturais. Esses atos violentos se manifestam de forma oblíqua, numa realidade na qual cria-se formas elaboradas de escondê-la de nós mesmos, ocultando sua presença sob aparência de algo justificado ou benéfico.

Por vezes, as universidades carecem de políticas claras e procedimentos adequados para lidar com casos de violência sexual. A ausência de protocolos específicos e a falta de treinamento adequado para técnicos e docentes sobre como lidar com essas situações contribuem para a perpetuação do problema. Segundo Araújo e Mota (2014) a criação de comissões internas de acolhimento e a implementação de campanhas de sensibilização e educativas são passos essenciais para a construção de um ambiente universitário mais seguro e igualitário.

Em dezembro de 2024, o Projeto de Lei (PL) nº 2825/2022 proposto pela Deputada Federal Sâmia Bomfim, o qual estabelece diretrizes para implementação da política de combate à violência contra a mulher em ambiente universitário, foi aprovado na Câmara dos Deputados e atualmente está em tramitação no Senado Federal. Esse PL tem por objetivo definir diretrizes para implementar uma política nacional de combate à violência contra a mulher em universidades e faculdades públicas e privadas e padronizar a resposta a casos de machismo e assédio no ambiente acadêmico, que nem sempre possuem o mesmo nível de acolhimento. O texto propõe medidas como a criação de órgãos de acolhimento e denúncia com participação de representantes estudantis e a exigência de profissionais qualificados nestas estruturas, visando garantir a segurança e o bem-estar de discentes, docentes, técnicas e funcionárias em instituições de ensino superior.

Em junho de 2025, o Jornal Metrôpoles publicou a reportagem “O assédio sexual nos câmpus em 128 atos”, assinada por Tácio Lorrán, Melissa Duarte e Manuel Marçal, apresentando a

investigação jornalística a qual analisou 128 processos administrativos disciplinares (PADs) apurados em universidades e institutos federais de ensino obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI). Os casos analisados envolvem ao menos 265 vítimas e 132 acusados em 59 universidades e institutos federais, abrangendo todos os 26 estados e o Distrito Federal. A Universidade Federal do Tocantins (UFT) aparece na reportagem com 1 caso no qual o docente foi demitido após PAD.

Em solicitação feita por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.Br, serviço disponibilizado pelo Governo Federal, obtivemos informações sobre manifestações registradas, via ouvidoria, relativas ao período de 04/04/2020 a 04/04/2025, com assuntos relacionados a assédio sexual e agressão (violência contra a mulher) no âmbito da UFT. As informações colhidas dão conta de que houve 12 casos registrados, sendo 6 no câmpus Palmas e 6 no câmpus Gurupi, todos encaminhados para apuração via PAD.

Beggiato et al. (2022) publicaram artigo de revisão de escopo sobre violência no ensino superior e puderam apontar que a violência (incluindo assédio sexual) é recorrente e multifacetada nas universidades brasileiras. Os autores destacam ainda a existência de lacunas em dados padronizados, insuficiência de políticas institucionais e a necessidade de pesquisa longitudinal para medir impactos desse fenômeno.

Desenvolver mais pesquisas, ouvir a comunidade acadêmica, buscar soluções coletivas, **expor e reconhecer que violência está dentro da universidade**, nas relações cotidianas e que a mesma traz consequências negativas na vida das pessoas que a sofre mostra-se necessário (Beggiato et al., 2022, p.37) (grifo nosso).

Assim, a proposição do uso da técnica de escuta sensível, aplicável no processo de pesquisa, na construção de relações dialógicas, no acolhimento de vítimas de violência e na humanização dos atendimentos, encontra largo campo de aplicabilidade no ambiente universitário.

O termo “escuta sensível” foi popularizado por Michel Maffesoli (1998) no campo das ciências sociais, referindo-se a uma forma de escuta que vai além da coleta de informações: envolve acolhimento, empatia, respeito e atenção às subjetividades do outro. Trata-se de uma postura ética e metodológica, em que o pesquisador/profissional se coloca aberto ao discurso, às emoções e ao silêncio do interlocutor, compreendendo a comunicação em sua totalidade. Essa dimensão ética busca o respeito à autonomia, à confidencialidade e ao direito de fala.

Ainda segundo Maffesoli (1998), a escuta sensível é um exercício de atenção e disponibilidade, que busca captar o “não dito” e as nuances da fala, reconhecendo o sujeito em sua integralidade. Por isso, o conceito de escuta sensível é imprescindível para que seja possível a existência de uma relação dialógica entre quem fala e quem escuta.

Assim, nesta ação de buscar o conteúdo, qual seja, o objeto da ação dialógica, é que se “inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade” (Freire, 1987). Como resultado desta investigação, diz Paulo Freire, vai sugerir, necessariamente, uma

metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora (...) seja igualmente dialógica. Daí que, conscientizadora também, proporcione, ao mesmo tempo, a apreensão dos 'temas geradores' e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos (Freire, 1987, p.50).

Metodologia

A pesquisa é de abordagem qualitativa, Minayo afirma que ela trabalha com o “espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (2009, p.21). Foi realizada no Câmpus Palmas/UFT, no primeiro semestre letivo do ano de 2025, com mulheres em situação de violência (presente ou passada) vinculadas ao referido câmpus.

Dada a sensibilidade do tema explorado e da voluntariedade da participação, não foi possível estabelecer antecipadamente o tamanho exato da amostra. Flick (2009) aponta que em se tratando de populações ocultas ou de difícil acesso (como pessoas em situação de violência, dependentes químicos, grupos marginalizados) não se pode definir previamente o número de participantes. “Em determinados contextos de pesquisa social, o número de participantes não pode ser estimado de forma precisa antes da coleta, pois depende do acesso e da disponibilidade dos sujeitos” (Flick, 2009, p. 122).

A captação das participantes foi feita por meio da divulgação da pesquisa por mala direta nos e-mails de todos os alunos vinculados ao Câmpus de Palmas, por aplicativo de mensagem em grupos de estudantes e por cartazes fixados nos banheiros femininos de todo o câmpus. A escolha desses 3 meios de divulgação se deu por alcance e praticidade. Os meios digitais possibilitam uma maior divulgação das informações entre todo o coletivo de alunos, os e-mails foram disparados pela Superintendência de Comunicação da UFT para o grupo “alunos Palmas”. Pelo aplicativo de mensagem de texto foi divulgado card acompanhado do mesmo texto dos e-mails. E os banheiros femininos foram escolhidos para a fixação de cartazes por serem espaços de circulação exclusivos das potenciais participantes da pesquisa.

O material de divulgação era um convite à participação na pesquisa, no qual constava a voluntariedade da participação, a metodologia da pesquisa e as condições de sigilo e confidencialidade do estudo (relacionados a não divulgação dos dados ou qualquer outra característica das participantes que possibilitasse a sua identificação no material a ser publicado), informava ainda os contatos da pesquisadora (e-mail e telefone/whatsapp), o nome da pesquisa, sua vinculação ao programa de mestrado Profiap e o número do parecer de autorização da pesquisa pelo Comitê de Ética e Pesquisa. A divulgação ocorreu entre fevereiro e maio de 2025.

A metodologia escolhida para a pesquisa foi a entrevista semiestruturada, Manzini (2004) destaca que esse instrumento se insere em um espectro conceitual maior que é a interação propriamente dita que se dá no momento da coleta. O que encontra um dos objetivos da pesquisa,

o de acolher essas mulheres num espaço de verdadeira escuta da narrativa trazida por elas, o que não seria possível com a utilização de um questionário on-line, por exemplo.

Recebemos o retorno de 6 mulheres, das quais conseguimos entrevistar 3. A idade das entrevistadas variou de 24 a 39 anos, duas estão em relacionamento heteroafetivo e uma está solteira. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas via ferramenta google meet, com duração variando de 42 a 56 minutos. Todas as participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz para fins de Pesquisa. Os nomes das participantes foram mantidos em sigilo, a análise preserva a finalidade científica e de denúncia crítica, respeitando os princípios éticos de pesquisas com seres humanos conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Para a análise de conteúdo das entrevistas, utilizou-se a metodologia proposta por Laurence Bardin:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (Bardin, 2011, p. 48).

O processo seguiu três fases, a pré-análise, exploração do material e, por fim, tratamento, inferência e interpretação.

Resultados e Discussões

As situações apresentadas nas entrevistas podem ser resumidas da seguinte forma:

- Entrevistada 1: assédio sexual fora do câmpus, praticado por pessoa de hierarquia superior;
-Entrevistada 2: importunação sexual dentro de veículo oficial, por pessoa de mesma hierarquia; e –
Entrevistada 3: assédio sexual (presencial e virtual), praticado por pessoa de hierarquia superior. Há que se pontuar que, mesmo nas situações que ocorreram fora do espaço físico do câmpus, o vínculo que ligava os envolvidos era o institucional, logo mantem-se o contexto universitário.

Da análise de todo o conteúdo, foi possível identificar 13 eixos temáticos, os quais puderam ser agrupados por afinidade em 4 categorias de análise. Os dados coletados e tratados conforme a análise de conteúdo de Bardin estão esquematicamente apresentados no quadro a seguir:

Quadro 1: Resultados Esquemáticos da Análise de Conteúdo

| CATEGORIAS DE ANÁLISE | EIXOS TEMÁTICOS |
|---------------------------------------|---|
| Experiência do assédio e da violência | Importunação sexual Assédio sexual/convites impróprios Assédio por mensagens e perseguição Hierarquia/Poder Culpa e dúvida Medo e insegurança Revitimização Resistência Rede de apoio Denúncia Falta de canais efetivos Ausência de acolhimento institucional Cultura do silêncio |
| Sentimentos e impactos emocionais | |
| Estratégias de enfrentamento | |
| Institucionalidade e silenciamento | |

Fonte: Elaborado pelos autores

Os dados categorizados em “Experiência do assédio e da violência” evidenciam que o assédio em ambiente universitário assume diferentes formas. É bem comum a visão restrita de que só há violência quando há estupro consumado o que dificulta a percepção de outras práticas igualmente danosas, como o assédio, o abuso verbal e o constrangimento sexual. Essa ideia dificulta o reconhecimento da violência até mesmo pelas próprias vítimas, que muitas vezes demoram anos para compreender que viveram uma experiência violenta, como corrobora a pesquisa “Violência Sexual – Percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil” publicada pelos Institutos Patrícia Galvão e Locomotiva (2016). *“Eu demorei muito tempo para entender que isso foi uma violência”* (Entrevistada 1).

Quando analisamos a categoria “Sentimentos e impactos emocionais”, podemos utilizar a psicanálise por base, ao abordar a constituição do sujeito e os mecanismos inconscientes que regem sua fala e sua escuta, encontramos ferramentas fundamentais para compreender por que é tão difícil nomear essa experiência traumática. A culpa, muitas vezes internalizada pela vítima, aparece como um sintoma do recalque social da violência, e não como expressão de responsabilidade individual. Freud (1920/2023) já apontava que o trauma não é apenas o que acontece, mas o que não pode ser simbolizado, o que escapa à linguagem e retorna em sofrimento psíquico.

“Eu fiquei com medo porque eu ia de bicicleta, então meio que a gente... nossos caminhos se cruzavam, ele vinha de carro, eu fiquei com medo, ah, dele fazer alguma coisa comigo por eu ser sozinha. Fiquei também com medo dele me prejudicar no curso em questão de estágio. E aí deu isso. No final ele acabou me reprovando na matéria” (Entrevistada 3).

A vergonha, conforme Laplanche e Pontalis (2022), pode ser entendida como um afeto ligado à exposição do eu frente a um olhar que o reduz, desumaniza e o inscreve no campo do objeto. Isso é potencializado por relações assimétricas de poder — como as que envolvem professores, coordenadores e outros agentes universitários —, que inibem a denúncia e reforçam o isolamento da vítima. Há aqui que se salientar que todos os casos narrados foram praticados por sujeitos de hierarquia igual ou superior à vítima.

“Eu sou uma mulher que me considero feminista e na ocasião a gente fica, eh, se culpando, tal” (Entrevistada 2). O sentimento de culpa relatado pelas entrevistadas dialoga com a literatura sobre violência de gênero, que aponta a internalização de discursos machistas como fator que impede a denúncia e reforça a vulnerabilidade da vítima (Kergoat, 2009). Para muitas vítimas, o medo da revitimização — isto é, de ser julgada, questionada ou desacreditada — funciona como um obstáculo ainda maior que o próprio ato violento.

“E a gente fica se questionando, assim, ah, onde foi que eu errei? O que eu fiz? Será que eu dei liberdade? E todas as vezes que eu recapitulei isso, eu percebi que eu não tinha dado nenhum tipo de liberdade para ele” (Entrevistada 1).

A cultura patriarcal impõe narrativas que responsabilizam a vítima pela violência sofrida. Questões como a roupa usada, o horário em que o fato ocorreu ou o comportamento da vítima são frequentemente mobilizadas para colocar em dúvida sua palavra (Kergoat, 2009). Esse processo de culpabilização faz com que muitas mulheres internalizem a ideia de que, de alguma forma, são responsáveis pelo que ocorreu, reforçando o silêncio. *“o sentimento de culpa, eh, eu já tratei, às vezes volta na terapia, isso, vem um sentimento de culpa por eu não ter reagido, não ter conseguido falar nada e do medo dele pensar em algum momento que eu consenti que eu estava gostando daquilo, sabe?”* (Entrevistada 3).

Pensando na categoria “Estratégias de Enfrentamento”, precisamos compreender que, do ponto de vista psicológico, a experiência de violência sexual desencadeia mecanismos de defesa que podem interferir diretamente na capacidade de narrar o ocorrido. Muitas vítimas relatam sentimentos de paralisia, bloqueio de memória e confusão, o que torna a fala fragmentada ou até mesmo ausente (Gama et al, 2025). *“E aí eu lembro, é uma memória não muito clara para mim”* (Entrevistada 1). Esses mecanismos são estratégias do corpo e da mente para lidar com situações de extremo estresse, mas frequentemente são interpretados por terceiros como falta de credibilidade.

Observa-se que as estratégias de enfrentamento recaem sobre as vítimas, que precisam desenvolver mecanismos individuais de proteção, perpetuando o caráter estrutural da violência.

“Aí eu quis conversar até com a coordenadora do curso, mas no dia que eu fui ter a conversa com ela, tava rolando esse burburinho dele tá dando em cima de novo das alunas, ela falou assim na sala: “Ah, gente, eh, não tem como a coordenação tomar nenhuma providência porque até agora é só a fofoca”. Aí o que eu fiquei assim, eu achei ela é amiga dele, pessoal, então se eu for lá e falar alguma coisa, não vai dar em nada” (Entrevistada 3). Mesmo no caso em que a estratégia de enfrentamento

foi a denúncia, não houve, por parte daqueles que representam a instituição, acolhimento e orientação suficiente para que a denúncia fosse exitosa, ao contrário, houve desencorajamento e contemporização.

Dados apontam que menos de 10% das mulheres que sofrem violência sexual chegam a formalizar denúncia (IPEA, 2014). Como a violência sexual é um fenômeno complexo, marca nas vítimas profundas implicações psicológicas, sociais e culturais. Embora amplamente reconhecida como uma grave violação dos direitos humanos, ela permanece subnotificada, uma vez que muitas vítimas não conseguem ou não se sentem seguras para compartilhar suas experiências.

Por fim, a análise da categoria “Institucionalidade e silenciamento” aponta para a ineficácia institucional conforme as narrativas, indo ao encontro dos dados de pesquisas nacionais, como Barroso et al. (2023) e Kiyar et al (2024), que apontam para o escasso acolhimento e resolução em casos de violência contra mulheres no ambiente acadêmico. Muitas alunas, servidoras e funcionárias não denunciam casos de assédio e violência sexual por receio de prejudicar sua trajetória profissional ou acadêmica (Guzzo e Ordones, 2024).

“Na UFT eu vi que tinha ouvidoria, só que na época que aconteceu isso não tava funcionando presencialmente. Aí eu não encontrei o meio de denunciar eh de forma online ou por ligação, algo do tipo.” (Entrevistada 3). A ausência de canais claros, acessíveis e acolhedores para denúncia contribui para perpetuar uma cultura do silêncio, na qual o agressor permanece impune e a vítima carrega sozinha o peso do trauma.

“Para não sentir como eu me senti, porque eu me senti tão desolada sozinha que eu queria desistir” (Entrevistada 3). A ausência de acolhimento nessas situações acentua ainda mais a vulnerabilidade dessas mulheres. *“Inclusive eu senti a violência duas vezes, né? Quando eu sofri pelo rapaz que me tocou e quando eu externei publicamente numa reunião em que tinha majoritariamente homens da gestão e que deram total descrédito à minha fala”* (Entrevistada 2). A inexistência de equipes de acolhimento ou sua insuficiência, somadas ao desinteresse institucional em enfrentar esses casos refletem a resistência em romper com a lógica patriarcal que estrutura muitas práticas institucionais.

Considerações Finais

Este trabalho é uma forma de dar visibilidade às vozes femininas silenciadas e reforça a necessidade de transformação estrutural no ambiente acadêmico, de modo a torná-lo efetivamente inclusivo, seguro e equitativo.

A dificuldade, como demonstrado aqui neste estudo, em falar sobre a violência ou situações de violência não deve ser entendida apenas como uma questão individual, mas sim como resultado de uma rede de fatores sociais, institucionais e culturais. Reconhecer essas barreiras é o primeiro passo para erradicá-las. Entretanto, mais do que encorajar as vítimas a falar, é necessário construir

ambientes de confiança e respeito, nos quais a palavra da vítima seja valorizada e transformada em instrumento de justiça e mudança social.

A violência sexual dentro das universidades exige uma abordagem em várias frentes, combinando fomento do debate amplo e contínuo sobre o tema envolvendo todas as pessoas da comunidade acadêmica, programas de conscientização e educação sobre questões de gênero, políticas institucionais específicas e realmente aplicáveis, protocolos de denúncia objetivos e acessíveis e o fortalecimento das ouvidorias.

Outrossim, é urgente a formação dos profissionais para a escuta sensível: gestores, professores, técnicos e funcionários precisam ser capazes de promover acolhimento e se fazerem ponte para o acesso às equipes especializadas, as quais não podem ser o único instrumento institucional de enfrentamento à violência, mas sim, devem compor uma rede efetiva de cuidado.

A partir dessa combinação de esforços será possível promover uma cultura de responsabilidade mútua e solidariedade, transformando as universidades em verdadeiros espaços de segurança e dignidade para todos.

Referências

ARAÚJO, Marisa Ferreira de; MOTA, Thiago da. Políticas de combate à violência sexual em universidades brasileiras. *Revista Brasileira de Educação*, v. 19, n. 57, p. 235-254, 2014.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROSO, Milena Fernandes et al. Estudo avalia violência contra mulheres em espaços acadêmicos no Amazonas. *Agência Amazonas – FAPEAM*, 15 ago. 2023. Disponível em: <https://www.agenciaamazonas.am.gov.br/noticias/estudo-avalia-violencia-contra-mulheres-em-espacos-academicos/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BEGGIATO, Sheila; et al. Violência No Contexto Do Ensino Superior: Uma Revisão De Escopo. *Revista InCantare*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 22–40, 2023. DOI: 10.33871/2317417X.2022.16.1.8174. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/incantare/article/view/8174>. Acesso em: 30 mai. 2025.

BRASIL. *Lei nº 11.340*, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 10 jun. 2024

BRASIL. *Lei nº 14.994*, de 2024. Dispõe sobre o agravamento de penas para feminicídio e outros crimes contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14994.htm. Acesso em: 21 dez. 2024

BRASIL. *Lei nº 15.123*, de 2025. Dispõe sobre o agravante para violência psicológica com uso de inteligência artificial. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/Lei/L15123.htm. Acesso em: 30 mai. 2025

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 2.825*, de 2022. Estabelece diretrizes gerais para o combate à violência contra mulher em ambiente universitário. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2338858>. Acesso em: 22 dez. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Resolução nº 510*, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio de 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>. Acesso em: 30 jul. 2024.

VIANA, Dalila Sena; COSTA, Maria do Socorro Moura. A cultura do patriarcado no Brasil: da violência doméstica ao feminicídio. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 10, n. 5, p. 2829–2847, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i5.13935. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13935>. Acesso em: 11 jun. 2025.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAMA, Camila Monteiro Fabrício et al. Violência sexual e neurociências: interfaces acerca do enfrentamento do trauma. *Neurociências & Sociedade*, Rio de Janeiro, Brasil, v. 2, n. 1, p. e 025005, 2025. DOI: 10.22409/nes.v2i1.66561. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/neurocienciasesociedade/article/view/66561>. Acesso em: 17 ago. 2025.

GUZZO, Morgani; ORDONES, Pedro. 81% dos estudantes não denunciaram violências na universidade. *Observatório Caleidoscópio – Unicamp*, 24 jun. 2024. Disponível em: <https://observatoriocalcoidoscopia.unicamp.br/2024/06/24/81-dos-estudantes-nao-denunciaram-violencias-na-universidade/>. Acesso em: 17 ago. 2025.

INSTITUTO AVON; DATA POPULAR. *Violência contra a mulher no ambiente universitário brasileiro*. São Paulo: Instituto Avon, 2015. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contra-a-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PNAD Contínua – Indicadores de trabalho 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira em 2023*. [em meio digital]. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde* (versão preliminar) (Nota Técnica n. 11), 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/47f512d5-3cc4-4bf6-9b37-2a561de72dcb>. Acesso em: 30 mai. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas*. Brasília, DF: Inep, 2023.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO; INSTITUTO LOCOMOTIVA. *Violência Sexual – Percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil*. 2016. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/mulheres/noticia/2024-03/4779/confira-pesquisa-inedita-sobre-violencia-sexual-contra-mulheres-no-brasil>. Acesso em: 30 jun. 2025.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena (Org.), Laborie, F., Le Doaré, H., Senotier, D. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNIFESP, 2009, p. 67-84. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/862885/mod_resource/content/0/Daniele%20Kergoat%20Divis%C3%A3o%20sexual%20do%20trabalho.pdf. Acesso em: 30 mai. 2025.

KIYAR, Isabela et al. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, São Paulo, v. 28, e220048, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/NyCb9wTJ8YfxBqDmNvbFF9K/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

LORRAN, Tácio. DUARTE, Melissa. MARÇAL, Manuel. *O assédio sexual nos câmpus em 128 atos*. Metrópolis, Distrito Federal, 24 jun. 2025. Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/assedio-sexual-universidades>. Acesso em 24 jun. 2025.

MAFFESOLI, Michel. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de Roteiros, 2004. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/MANZINI-Jos%C3%A9-Eduardo-Entrevista-semi-estruturada-An%C3%A1lise-de-objetivos-e-de-roteiros.pdf> Acesso em: 19 set. 2025.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Global status report on violence prevention 2014*. Geneva: World Health Organization, 2014. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241564793>. Acesso em: 6 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Violence against women prevalence estimates, 2018*. Geneva: World Health Organization, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240022256>. Acesso em: 6 jun. 2024.

SILVA, Luciano Cicero da et al. Política Nacional De Enfrentamento À Violência Contra A Mulher: Uma Revisão De Literatura. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. e 1307, 2024. DOI: 10.23900/2359-1552v13n2-303-2024. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1307>. Acesso em: 01 jun. 2025.

ROSE, Jacqueline. *Sobre a violência e sobre a violência contra as mulheres*. Tradução de Mônica Kalil. São Paulo: Boitempo, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo. Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCARPA, Leonardo; et al. Harassment in Brazilian universities: how big is this problem? The Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) as a case study. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, Rio de Janeiro, v. 94, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aabc/a/gThR3Njnbx4945tDm5SfzWd/>. Acesso em: 22 mai. 2025.

Recebido em 28 de setembro de 2025

Aceito em 15 de outubro de 2025

Publicado em 10 de novembro 2025